

# JOURNAL OF DEMOCRACY EM PORTUGUÊS

*Volume 10, Número 1, Maio de 2021*

**A CRISE DOS PARTIDOS TRADICIONAIS:**

**O desafio do antiestablishment**

*Fernando Casal Bértoa e José Rama*

**A CRISE DOS PARTIDOS TRADICIONAIS:**

**Superando a polarização**

*Jennifer McCoy e Murat Somer*

**A EVOLUÇÃO DO BOLSONARISMO:**

**Análise qualitativa da percepção deste  
eleitorado em 2019 e 2020**

*Esther Solano Gallego*

**Tornando a internet segura para a democracia**

*Francis Fukuyama*

**Dez anos de Primavera Árabe: reis ou povo?**

*Tarek Masoud*

**PLATAFORMA  
DEMOCRÁTICA**

FUNDAÇÃO FHC  
CENTRO EDELSTEIN

PLATAFORMADEMOCRATICA.ORG



JOURNAL OF  
**DEMOCRACY**  
EM PORTUGUÊS

|                    |                                   |
|--------------------|-----------------------------------|
| CONSELHO EDITORIAL | Bernardo Sorj<br>Sergio Fausto    |
| TRADUÇÃO           | Fabio Storino                     |
| REVISÃO TÉCNICA    | Otávio Dias<br>Beatriz Kipnis     |
| DIAGRAMAÇÃO        | Lisia Lemes / Lilemes Comunicação |

Journal of Democracy em Português, Volume 10,  
Número 1, São Paulo, Maio de 2021  
Plataforma Democrática  
ISSN 2527-1369

**Índice de catálogo sistemático:**

Democracia, Política e Governo, Sociedade, Partidos Políticos, Políticas Públicas.

**© Copyright - Todos os direitos reservados à:**

Fundação Fernando Henrique Cardoso  
Rua Formosa, 367, 6º andar, Centro, São Paulo/SP, CEP: 01049-000  
[www.fundacaofhc.org.br](http://www.fundacaofhc.org.br) • e-mail: [imprensa@fundacaofhc.org.br](mailto:imprensa@fundacaofhc.org.br)

**PLATAFORMA  
DEMOCRÁTICA**  
FUNDAÇÃO FHC  
CENTRO EDELSTEIN  
PLATAFORMADEMOCRATICA.ORG



São Paulo (Sede)  
Rua Formosa, 367, 6º andar - Centro  
São Paulo - SP - Brasil - CEP 01049-000  
tel: +55 (11) 3359-5000  
[contato@plataformademocratica.org](mailto:contato@plataformademocratica.org)

PERIODICIDADE: Semestral

## Apresentação

Erosão global da democracia, ameaça populista, polarização política e como tornar a internet mais segura para a democracia. São estes os temas que permeiam os cinco artigos desta edição do *Journal of Democracy em Português*.

No primeiro texto, os politólogos Fernando Casal Bértoa (Universidade de Nottingham, Reino Unido) e José Rama (Universidade Carlos III de Madri) argumentam existir **quatro remédios, mas somente uma cura** para o fenômeno da ascensão dos partidos antiestablishment. “É preciso parar de focar nos sintomas e focar na doença subjacente: o fracasso dos partidos políticos em representar, mobilizar e entregar resultados à população”, escrevem. Para os autores, os partidos devem investir na construção de organizações robustas, modernas e profissionais para reconquistar a confiança dos cidadãos e revitalizar a democracia.

No segundo artigo, a cientista política Jennifer McCoy (Universidade do Estado da Geórgia, EUA) e seu colega Murat Somer (Universidade Koç em Istambul) analisam o **ciclo vicioso de estratégias de polarização e erosão democrática**. Em certas conjunturas históricas, a polarização pode servir para aprofundar a democracia ao romper com elementos não democráticos e possibilitar maior justiça social ou inclusão, mas uma vez ativada corre o risco de se autopropagar numa espiral fora de controle. “A chave é controlar a polarização para que ela não se aprofunde e se torne mais perigosa”, escrevem.

No terceiro texto, a socióloga espanhola radicada no Brasil Esther Solano (Universidade Federal de São Paulo) faz uma análise da evolução do bolsonarismo durante os dois primeiros anos do atual mandato presidencial (2019-2020). Com base em pesquisas qualitativas realizadas juntos às classes A, B, C e D, Solano divide o eleitorado bolsonarista

em fiel, crítico e arrependido e traz frases que exemplificam a percepção de cada um desses grupos sobre a atuação do presidente da República.

“Uma pesquisa qualitativa continuada no tempo nos permite garantir que o bolsonarismo se constrói sobre elementos bastante consolidados nas estruturas sociais brasileiras. É por isso que costumamos salientar que o **fenômeno do bolsonarismo é maior do que o próprio Bolsonaro**. É essencial entender de forma aprofundada quais são esses vetores estruturantes. Construção científica e política devem se unir para a implementação de bases democráticas mais sólidas”, conclui a pesquisadora neste artigo inédito para a edição brasileira do Journal.

As grandes plataformas digitais, como Twitter, Facebook e Google, refletem conflitos políticos e sociais existentes, ou são a causa de tais conflitos na atualidade? No quarto artigo, o cientista político Francis Fukuyama (Universidade Stanford, EUA) busca identificar a **natureza da ameaça que essas plataformas representam à democracia liberal moderna** e como reduzir o poder que elas têm de amplificar ou silenciar certas mensagens. “Acredito que uma possível solução para esse problema seja transferir a curadoria de conteúdo das plataformas dominantes a uma camada competitiva de empresas intermediárias, as chamadas middleware, resultando em filtros que seriam personalizáveis pelos próprios usuários”, propõe.

No último texto, o professor Tarek Masoud (Escola de Governo John F. Kennedy da Universidade Harvard) faz uma **radiografia política do mundo árabe dez anos depois do advento da Primavera Árabe**. “Se a Primavera Árabe almejava trocar líderes autocráticos por líderes democráticos que respondessem aos anseios de seu povo, o novo plano (em andamento em diversos países da região) trata de substituir um povo ‘primitivo’ por um povo ‘moderno’ que responda aos anseios de seus líderes (autoritários, com raras exceções)”, escreve o cientista político.

Boa leitura.

Bernardo Sorj e Sergio Fausto

*Diretores de Plataforma Democrática*

## **A CRISE DOS PARTIDOS TRADICIONAIS: Superando a polarização**

*Jennifer McCoy e Murat Somer*

*Jennifer McCoy é professora de ciência política da Universidade do Estado da Geórgia (Estados Unidos). Murat Somer é professor de ciência política e relações internacionais da Universidade Koç em Istambul.*

Querendo ou não, representantes eleitos em todo o mundo estão subvertendo a democracia por dentro ao usar estratégias de polarização política em suas tentativas de conquistar ou permanecer no poder. Acaba sobrando para a sociedade um incômodo desafio: uma polarização perniciososa. Argumentamos que a polarização é um processo que simplifica a política ao apresentar escolhas dicotômicas ao público, consolidando o campo político em blocos opostos e cada vez mais imutáveis. Passa a ser nocivo para a democracia quando divide o eleitorado em dois grupos que desconfiam um do outro.<sup>1</sup> Essas condições podem colocar as sociedades em um ciclo vicioso de estratégias de polarização e erosão democrática, e as escolhas dos atores políticos são a chave para encontrarmos uma saída.

Em certos casos, a polarização tensiona, mas não necessariamente piora a democracia — ao menos não de imediato. Um exemplo dessa tensão sobre uma democracia ainda funcional pode ser o Reino Unido,

\*Publicado originalmente como “Mainstream Parties in Crisis: Overcoming Polarization”, *Journal of Democracy* Volume 32, Number 1 January 2021 © 2021 National Endowment for Democracy and Johns Hopkins University Press.

onde novas divisões em torno do “brexit” — alimentadas por estratégias políticas do Partido Conservador e do Partido de Independência do Reino Unido — levou a três anos de paralisia e disfunção do governo. Esses acontecimentos enfraqueceram normas democráticas de longa data, e os efeitos de longo prazo ainda estão por vir.<sup>2</sup>

A polarização também pode ser produzida por líderes ou partidos buscando concentrar o poder, como vimos na Hungria e na Turquia. Uma vez eleitos, novos governos empregaram uma retórica divisiva e iniciativas ousadas para aumentar o poder do Executivo por meio de uma reengenharia de sistemas eleitorais, sociedade civil e constituições; minar liberdades e procedimentos democráticos; e consolidar a vantagem de seu partido em futuras eleições. Por meio dessas táticas de autoritarismo dissimulado, transformaram suas democracias em regimes autoritários competitivos.<sup>3</sup> Em outros exemplos, partidos autoritários que haviam perdido eleições aprofundaram a política de polarização para reconquistar o poder. Em 2018, a Barisan Nasional (ou Frente Nacional) e seu principal partido, o UMNO, que dominaram a Malásia por sessenta anos, perderam a eleição para a coalizão de oposição Pakatan Harapan (Pacto pela Esperança). Dois anos depois, a Barisan Nasional reconquistou sua posição dominante ao polarizar novamente a sociedade em torno de divisões etnonacionalistas e religiosas que ofuscaram a agenda democrática reformista da oposição.<sup>4</sup>

Talvez mais danosos à democracia sejam os casos nos quais um líder incorpora ao poder um setor previamente marginalizado e encontra uma reação da elite ou de grupos anteriormente dominantes. Em alguns casos, o novo mandatário adota uma política de polarização, e atores políticos e institucionais hostis respondem removendo o governo eleito por meio de decisões judiciais extraconstitucionais ou de intervenção militar. Na Tailândia, por exemplo, forças militares e conservadoras afastaram sucessivos governos eleitos liderados pelo

populista Thaksin Shinawatra e seus apoiadores até um golpe de estado definitivo em 2014, do qual a democracia tailandesa ainda não se recuperou.<sup>5</sup> Em outros casos, reações polarizantes ocorrem porque os líderes ou partidos representando novos grupos sociais são percebidos como uma ameaça por causa de suas ideologias ou identidades. Por exemplo, a vitória presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva, líder do Partido dos Trabalhadores, inicialmente gerou um novo sentimento de aversão entre os apoiadores dos partidos de oposição no Brasil, e a eleição de Barack Obama, o primeiro presidente afrodescendente dos Estados Unidos, desencadeou uma reação polarizante nos Estados Unidos.<sup>6</sup>

Por fim, oposições democráticas que sucedem líderes autoritários polarizadores podem não conseguir reverter a espiral descendente se optarem por acertar as contas punindo os antigos ocupantes do cargo. Na Coreia do Sul, por exemplo, antigos ativistas pró-democracia ajudaram a afastar e substituir uma presidente polarizadora e lesiva à democracia, Park Geun-hye. Uma vez obtido o controle tanto da presidência quanto da Assembleia Nacional, no entanto, os opositores de Park começaram a incorrer eles mesmos em populismo econômico, revanchismo moralista e práticas danosas à democracia, em vez de unir novamente o país em torno da busca por soluções de longo prazo às desigualdades estruturais.<sup>7</sup> Quando a oposição mostra-se incapaz de enfrentar os problemas subjacentes que deram origem à polarização e sua audiência receptiva, um polarizador autoritário pode acabar retornando ao poder fazendo promessas radicais a um público descontente.

Os Estados Unidos são, sob diversos aspectos, um caso particular de democracia, com suas instituições minoritárias incomuns — um sistema indireto de eleição presidencial e um Senado poderoso, dando vantagem a estados menos populosos —, combinadas com características majoritárias robustas que favorecem um sistema bipartidário, como o voto distrital no nível nacional e estadual. Em combinação

com uma Constituição duradoura, normas democráticas informais, uma sociedade civil forte e um sistema federalista, essas características institucionais há muito tempo são consideradas fontes de resiliência democrática. No entanto, os Estados Unidos vêm convivendo com dinâmicas de polarização perniciosas e uma consequente erosão da qualidade democrática que se assemelha a padrões vistos em democracias menos robustas, como sinaliza a redução de sua nota no quesito direitos políticos segundo a Freedom House e o rebaixamento à categoria de “democracia imperfeita” pela Economist Intelligence Unit.

O enigma sobre o qual nos debruçamos é como uma prática democrática comum usada para vencer eleições competitivas — mobilizar apoio simplificando a agenda e diferenciando um candidato ou partido em relação à oposição — pode, ao mesmo tempo, ameaçar a democracia. Argumentamos que o processo de polarização, se não for contido ou canalizado por meio de um programa explícito de reconstrução democrática, cria um ciclo vicioso: ele muda os incentivos tanto para atores políticos como para seus eleitores de forma a levá-los a sacrificar princípios democráticos em vez de se arriscar a perder o poder.

Mudar a lógica da polarização de um ciclo vicioso para um ciclo virtuoso exigirá enfrentar os descontentamentos e as deficiências em relação à representação, ao bem-estar social, à governança e à inclusão, que tornaram as sociedades receptivas às estratégias de polarização. Podemos aprender com os sucessos e fracassos de países que sofrem com a polarização perniciosa, embora não haja respostas simples e sejam poucos os exemplos positivos. Isto se deve, em parte, ao fato de que as oposições democráticas ainda não tiveram tempo hábil para desenvolver estratégias para lidar com as novas características da “terceira onda de autocratização”.<sup>8</sup> E também pelo fato de que, uma vez que a polarização perniciosa e a consequente erosão democrática ganham vida própria, é difícil pará-las.

## **Polarização: origens e efeitos**

Um passo crucial pode ser entender a relação ambivalente entre polarização e democracia.<sup>9</sup> A simplificação da política por meio da oposição e da exclusão é parte da disputa democrática.<sup>10</sup> Em certas conjunturas históricas, a polarização pode servir para aprofundar a democracia, como quando reformistas polarizam para romper elementos não democráticos do status quo e trabalham por maior justiça social ou inclusão democrática. Melhorar a democracia pode exigir, portanto, certo grau de rompimento com as regras e a erosão de normas existentes.<sup>11</sup> No entanto, uma vez ativada, a polarização corre o risco de se autopropagar numa espiral fora de controle.

A polarização também pode ser resultado de conflitos entre grupos com diferentes expectativas em relação à democracia, refletidas em suas visões sobre assuntos como a distribuição ideal de recursos ou se a democracia deveria assumir uma forma mais participativa ou mais liberal. Retrocessos democráticos costumam polarizar a sociedade entre aqueles que acreditam se beneficiar da autocratização versus aqueles que se sentem prejudicados por ela. Pesquisas de opinião pública na Venezuela de Hugo Chávez mostraram uma polarização em torno da questão sobre se a democracia estava melhorando ou se deteriorando. Mesmo nos Estados Unidos, a saúde ou integridade da democracia era uma questão que polarizava os apoiadores e opositores do presidente Donald Trump.

Nem todos os polarizadores são autocratas, ou pelo menos não começaram assim. De fato, atores polarizadores podem promover plataformas democráticas reformistas e se manterem democratas por princípio até o fim. Um exemplo seria Martin Luther King Jr. e o movimento pelos direitos civis nos Estados Unidos das décadas de 1950 e 1960. Muitos outros polarizadores, no entanto, sejam eles movidos por corrupção ou pela sede de poder ou por projetos (racistas, fascistas, comunistas, teocráticos ou extremistas nacionalistas) incom-

patíveis com a democracia liberal, são democratas oportunistas. Tais agentes empregam uma política polarizante para perseguir esses objetivos num contexto de democracia, que veem como um instrumento na melhor das hipóteses, ou como uma barreira na pior das hipóteses. Isso resulta no enfraquecimento no interior da democracia. Partidos e movimentos de extrema-direita na Europa, por exemplo, da Frente Nacional de Marine Le Pen na França ao Partido da Liberdade na Áustria, parecem admirar o modelo de homem-forte de liderança política representado por Vladimir Putin na Rússia.<sup>12</sup>

Independentemente das intenções, a política da polarização transforma os atores envolvidos e sempre carrega consigo o risco de fugir ao controle. O autoritarismo pode emergir a partir da mudança nos interesses, nas percepções e nos incentivos dos atores provocada pela polarização pernicioso, com implicações importantes (por exemplo) para as forças políticas que emergem como coalizões amplas de moderados e linhas-duras. Quaisquer que fossem os motivos pessoais iniciais de Chávez na Venezuela e de Recep Tayyip Erdogan na Turquia, seus movimentos começaram assim. A coalizão de Erdogan incluía ideólogos do autoritarismo, como radicais islâmicos, e democratas por princípio. Os intelectuais comunistas da velha guarda e os oficiais do Exército se uniram a Chávez junto com teóricos da democracia participativa e comunal. A polarização afasta os moderados e encoraja aqueles com agendas mais radicais.<sup>13</sup> E o aumento da percepção de uma ameaça existencial pode motivar tanto cidadãos como líderes a adotar atitudes e políticas mais danosas à democracia.

### **A lógica da polarização**

Em estudos de países polarizados ao redor do mundo, observamos que a lógica da polarização produziu um conjunto similar de incentivos para os atuais ocupantes dos cargos, opositores, atores institucio-

nais, sociedade civil (incluindo a imprensa) e eleitores. Identificamos uma sequência de passos, ilustrada na Figura abaixo, que começa com um empreendedor político explorando descontentamentos populares usando uma retórica de “nós contra eles”, culpando supostos inimigos e alimentando suspeitas e desconfianças. Esses atores polarizadores também se servem de (ou inventam) identidades políticas e histórias que apoiam essas identidades e mobilizam diferentes tipos de eleitores. Com o tempo, dividem o eleitorado em grupos políticos opostos, com cada vez menos ligações entre si. A política assume a dinâmica de um intenso conflito cujos participantes demonstram lealdade para com seu grupo e aversão e desconfiança em relação ao grupo oposto, que passam a ver como uma ameaça existencial. Ao mesmo tempo, líderes políticos usam a polarização para desacreditar e escantear opositores ou rivais internos, bem como para atentar contra regras e instituições estabelecidas.

A polarização é, portanto, uma *estratégia* política para atingir determinados fins, que variam de simplesmente vencer eleições ou dominar facções rivais a fundamentalmente transformar a sociedade. Mas também é um *processo* que evolui por meio da interação de grupos políticos de oposição. Isto pode acabar resultando em um *equilíbrio*, no qual atores acabam insistindo em comportamentos que reproduzem uma polarização perniciosa até que um choque externo altere essa condição, ou os próprios atores, de maneira voluntária e corajosa, alterem-na por meio de suas ações.

Em um estado de percebida ameaça mútua e política de soma zero, líderes políticos e seus apoiadores são incentivados a usar todos os meios disponíveis para vencer a luta pelo poder. Especialmente quando ambos os lados estão representados por organizações institucionalizadas como grandes partidos políticos, talvez nenhum lado seja capaz de derrotar o outro. Mas um ciclo vicioso que legitima e incentiva comportamentos autoritários, populistas e iliberais corrói a demo-

cracia, cujas normas formais e informais são cada vez mais deixadas de lado.

Líderes polarizadores frequentemente buscam transformar a ordem constitucional, por exemplo, para garantir vantagens eleitorais injustas ou enviesar o funcionamento do Judiciário ou de instituições similares. Os partidos estão mais propensos a adotar estratégias de supressão de voto, *gerrymandering*,<sup>1</sup> desinformação, restrição a candidaturas e fechamento de órgãos de imprensa em contextos polarizados, na medida em que a polarização restringe a possibilidade de políticos vencerem persuadindo eleitores a mudar seu voto. O caminho que resta para a vitória é manter os eleitores de partidos adversários longe das urnas ou desenhando sistemas de representação desproporcional para favorecer o grupo no poder.<sup>14</sup>

A polarização também afeta as atitudes dos cidadãos em relação à democracia, fazendo com que a opinião pública se torne um contrapeso menor aos atores políticos danosos à democracia. Pesquisa recente demonstrou que, em contextos de polarização, os eleitores mais partidários são os menos propensos a punir candidatos, em particular aqueles de seu próprio partido, por posições que violam normas democráticas.<sup>15</sup>

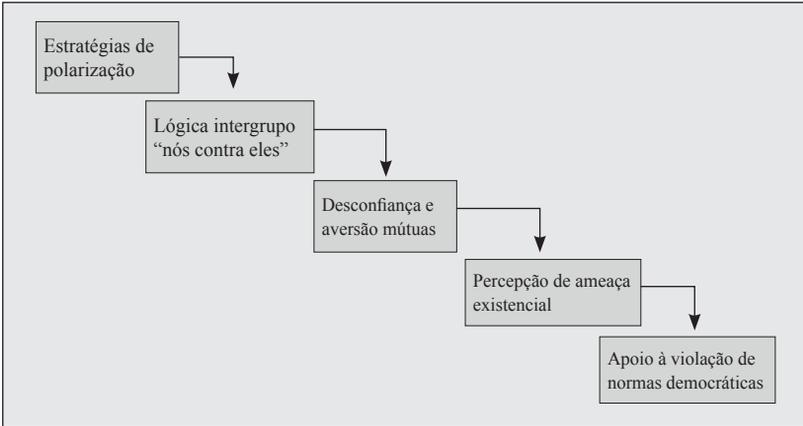
Em dois estudos de 2020 sobre eleitores dos Estados Unidos (em março e em agosto), um de nós, com outros autores, investigou se os eleitores incorrem em *hipocrisia democrática* — ou seja, se em contextos de polarização condicionam seu apoio a normas democráticas ao fato de seu próprio partido estar no poder. Nossa hipótese era de que uma característica da polarização perniciosa — o aumento da percepção entre os apoiadores de ambos os partidos de que as políticas do partido adversário representam uma ameaça à nação — levaria esses eleitores polarizados a tolerar, ou até mesmo encorajar, políticas que minam as normas democráticas.<sup>16</sup> Usamos um desenho experimental

---

1. Influência no resultado de eleições por meio da divisão arbitrária de zonas eleitorais. (N. T.)

para manipular o partido no poder apresentando aos respondentes cenários hipotéticos sobre o resultado das eleições norte-americanas de 2020. No segundo estudo, manipulamos as percepções de ameaça representada pelo partido adversário.

**Figura:** O caminho da polarização à erosão democrática



Esses estudos produziram resultados preocupantes. Primeiro, uma porção significativa de norte-americanos não apenas toleram, mas incentivam políticas que desafiam normas democráticas existentes. Quando (como nas condições reais de 2020) os republicanos controlavam a Presidência, o Senado e mais da metade dos governos estaduais, enquanto os democratas controlavam a Câmara dos Deputados, as dezesseis políticas propostas por nós que desafiavam as normas receberam o apoio de 13% a 35% dos respondentes que se identificavam como democratas e 16% a 65% dos respondentes que se identificavam como republicanos (com níveis de apoio variando dependendo da política em questão). Nosso experimento foi desenhado para testar se esses números mudariam se os respondentes imaginassem um cenário político diferente, e observamos que esse era, de fato, o caso: os cidadãos cujo partido favorito está no poder estão substancialmente mais propensos a apoiar políticas que alteravam as normas democráticas.<sup>17</sup>

Embora a hipocrisia democrática tenha sido mais pronunciada com relação à aprovação dos respondentes a uma tática proposta que não era estritamente inconstitucional — usar os decretos presidenciais para alterar uma política importante —, também ficou evidente em relação a ações mais flagrantemente danosas à democracia, como permitir que o presidente desqualifique candidatos que considere desleais ao país, processe jornalistas e rejeite resultados eleitorais que acreditasse serem injustos. Por fim, observamos que os cidadãos que receberam um estímulo prévio em relação à percepção de ameaça representada pelo partido adversário quiseram manter as coisas mais democráticas quando aquele partido estava no poder. Quando seu próprio partido estava no poder, em contraste, seu apoio a políticas danosas às normas aumentou. De fato, a hipocrisia democrática de tais respondentes foi mais do que o dobro daquela registrada entre respondentes que não haviam recebido esse estímulo prévio.

## Superando a polarização perniciosa

Como as sociedades podem superar a polarização perniciosa? Com base em nossa própria pesquisa e uma revisão de outros estudos, podemos identificar algumas lições.

*Descontentamentos subjacentes e instituições políticas não responsáveis.* Polarizadores populistas podem oferecer falsas soluções e empregar táticas danosas à democracia, mas nem sempre estarão errados na identificação dos problemas. Da Turquia à Tailândia, Colômbia, Venezuela, Itália, Reino Unido e Estados Unidos, queixas legítimas de cunho sociocultural e econômico-político, em conjunto com uma confiança pública declinante em relação à capacidade de sistemas democráticos de enfrentá-las, produziram uma demanda por mudança que precedeu a ascensão de líderes polarizantes. Embora alguns desses problemas sejam seguramente culpa dos governos, outros resultam

de mudanças demográficas, econômicas e tecnológicas para as quais a sociedade espera uma resposta dos governos. À medida que as queixas de aprofundam, os cidadãos tornam-se mais receptivos a empreendedores políticos que dão visibilidade ou enfatizam esses problemas. Reconhecer essas falhas de governança é um primeiro passo necessário para reverter a polarização. Consequentemente, aqueles que aspiram revertê-la e salvar a democracia restaurando o status quo podem adiar o problema, mas é pouco provável que consigam resolvê-lo no longo prazo.

*A polarização muda as instituições.* A polarização muda a maneira pela qual as instituições políticas operam. Mecanismos de promoção de consensos falham quando os dois grupos opostos se recusam a cooperar. Por exemplo, regras que exigem uma supermaioria legislativa para aprovar a indicação de juízes das altas cortes podem ser subvertidas ou por uma oposição que se recuse a considerar as indicações ou por um partido governista que decida abolir essas regras. Órgãos responsáveis por garantir a responsabilização de políticos perdem sua capacidade fiscalizatória quando o governo politiza os tribunais e órgãos anticorrupção indicando simpatizantes, acusa jornalistas investigativos de agirem com viés político ou qualificam processos de impeachment como ilegítimos.

Instituições majoritárias são facilmente transformadas em ameaças existenciais quando concorrentes aos cargos passam a enxergar a política como um jogo de soma zero. Por exemplo, a representação desproporcional pode existir nas constituições (como na Hungria pós-comunista) como um mecanismo para garantir a estabilidade e a moderação, mas atores políticos podem se aproveitar desses sistemas para ampliar sua vantagem e até mesmo garantir uma maioria permanente por meio de *gerrymandering* ou de mudanças em fórmulas eleitorais. Embora sistemas de voto distrital tendam a criar discrepâncias maiores entre as votações dos respectivos partidos e sua representação

no Legislativo, sistemas de representação proporcional também estão sujeitos a essas distorções se incluírem mecanismos que premiem o partido com maior votação com cadeiras extras (como na Turquia e na Grécia).

Instituições que empoderam minorias também mudam os incentivos. Por exemplo, as câmaras altas em sistemas federativos que alocam um número igual de assentos a cada estado, independentemente da população — como na Austrália, no Brasil e no México — conferem uma representação desproporcional a estados menos populosos e frequentemente rurais. O problema é que a organização partidária que costuma acompanhar a polarização pode conferir vantagem para um partido específico no longo prazo. Nos Estados Unidos, por exemplo, a configuração do Senado (no qual cada estado possui duas cadeiras independentemente do tamanho da população) historicamente produziu uma representação desproporcional. Em 2016, por exemplo, legisladores que representavam 59,5% da população possuíam apenas 24% das cadeiras do Senado. A organização geográfica cada vez maior em linhas partidárias transformou essa discrepância em vantagem para o Partido Republicano.<sup>18</sup> Somada à vantagem institucional que o colégio eleitoral confere a estados menos populosos, isso reduz os incentivos para que os republicanos diversifiquem e expandam sua base eleitoral mesmo quando obtêm apenas uma minoria dos votos populares nacionalmente.<sup>19</sup>

Até mesmo a institucionalização dos partidos torna-se uma espada de dois gumes em um contexto de forte polarização. Embora muitos cientistas políticos considerem a institucionalização dos partidos uma condição para a consolidação democrática, em contextos em que reina a polarização, partidos mais fortes, com eleitores fiéis, meramente se protegem por meio dessa dinâmica.<sup>20</sup> De forma similar, a fragmentação de sistemas partidários pode ter efeitos variáveis em um contexto de polarização. Pode impedir a divisão da sociedade em dois grupos

políticos e o impasse político associado, mas também pode incentivar um empreendedor político a adotar estratégias polarizantes para conquistar o poder. Portanto, as escolhas feitas pelas elites político-partidárias são cruciais.

Mudanças institucionais podem gerar incentivos para que partidos reduzam seu comportamento polarizador, embora seja preciso considerar potenciais consequências indesejadas. Nos Estados Unidos, por exemplo, reformas como a eliminação do *filibuster*<sup>2</sup> no Senado, poderiam melhorar a governabilidade ao remover a capacidade do partido minoritário de obstruir o trabalho legislativo em uma disputa polarizada. Encorajar os estados a eleger os delegados de seu colégio eleitoral de maneira proporcional ao voto popular (em vez de um sistema em que “o vencedor leva tudo”) pode alterar os incentivos atualmente associados ao voto indireto.

Outra maneira de romper com os desincentivos de um jogo de soma zero poderia ser a implementação de políticas para aumentar a escolha de representantes. Sob o sistema de voto preferencial, também chamado de sistema de “turnos instantâneos”, os eleitores podem indicar na cédula sua primeira, segunda e terceira opção. Se nenhum candidato obtiver maioria entre as primeiras opções, o candidato com menos votos é eliminado e sua votação é transferida de acordo com a segunda opção de quem votou nesse candidato, repetindo esse processo até que uma pessoa, enfim, obtenha a maioria. Esse sistema resolve vários problemas associados à polarização pernicioso: encoraja candidatos a adotar mensagens de campanha mais amplas e moderadas, atraentes para uma base maior de eleitores que podem escolhê-los como a segunda opção, e elimina a sensação de que os eleitores que apoiam candidatos pouco competitivos fora dos dois principais grupos políticos estejam “desperdiçando” seus votos. É usado nacionalmente na Austrália e na Irlanda e, no nível local, na Nova Zelândia, no Reino

---

2. Obstrução dos trabalhos legislativos. (N. T.)

Unido e nos Estados Unidos, entre outras jurisdições, com alta taxa de aprovação entre os eleitores.<sup>21</sup>

*As estratégias da oposição são cruciais.* Como as oposições democráticas ainda estão aprendendo a superar a dinâmica interligada entre polarização perniciosa e erosão democrática, há poucos exemplos de estratégias bem-sucedidas para reverter esses ciclos viciosos. Portanto, baseamo-nos em uma combinação de observação empírica e raciocínio dedutivo para promover três insights.<sup>22</sup> Primeiro, como partidos, candidatos e apoiadores de oposição estão envolvidos nas dinâmicas de polarização, suas respostas frequentemente reforçam a polarização perniciosa e a erosão democrática. Em segundo lugar, os dilemas e as divisões internas da oposição, quando movidos pela polarização, podem impedir a adoção de estratégias bem-sucedidas. Terceiro, táticas de oposição bem-sucedidas e malsucedidas podem ser classificadas de acordo com uma tipologia emergente: embora muito dependa de contextos sociais, culturais e políticos de cada país, as oposições estão diante de escolhas básicas, por um lado, entre objetivos de geração e de preservação e, por outro, entre estratégias de polarização e de despolarização. Argumentamos que estratégias de *despolarização ativas* e de *repolarização transformativas* são mais promissoras do que as de *despolarização passivas* e de *repolarização recíprocas*.

Estratégias de despolarização passivas que falam somente para um centro sociopolítico com vistas a preservá-lo é um bom presságio para a desativação da polarização no curto prazo, mas não no longo prazo. Mais promissoras são as estratégias de despolarização ativa, que buscam regenerar o centro apresentando novas questões, mensagens e histórias unificadoras, que ressaltam interesses e valores comuns. Recentemente, candidatos em Istambul, Budapeste e Bratislava conseguiram derrotar nas urnas mandatários populistas autoritários apresentando narrativas novas e unificadoras e dirigindo-se à base eleitoral do

então titular do cargo por meio de métodos inovadores de campanha e apelos emocionais positivos.

Similarmente, fazemos uma distinção entre estratégias de repolarização recíprocas e transformativas. Estratégias de repolarização recíprocas, que reproduzem a mentalidade de soma zero e a retórica de demonização do atual mandatário baseadas nos eixos existentes de polarização, normalmente exacerbam o ciclo vicioso. Por outro lado, estratégias de repolarização transformativas baseadas em eixos de valores e reformas democráticas que tratam dos descontentamentos subjacentes podem dar início a um ciclo virtuoso. Por exemplo, a pressão de um movimento social que surgiu em torno de questões de justiça social no Chile em 2019 mudou o eixo de polarização e levou a um bem-sucedido referendo sobre a organização de uma assembleia constituinte. Embora a trajetória de longo prazo da Malásia permaneça incerta, a estratégia do Pacto pela Esperança em 2018 de enfatizar a divisão entre autocracia e reforma conseguiu tirar do poder uma força política autoritária que havia governado por seis décadas. Na Revolução de Veludo da Armênia em 2018, uma mobilização pró-democracia causou a inesperada derrota de um mandatário semiautoritário.<sup>23</sup>

Encontrar e implementar a estratégia correta para superar a polarização perniciosa não é meramente um desafio intelectual. Os partidos, líderes, movimentos sociais e grupos da sociedade civil que compõe a oposição democrática possuem seus próprios interesses e lutas internas de poder, o que pode prejudicar sua capacidade de desempenhar papéis construtivos — ou tornar os próprios atores da oposição agentes de polarização. Um partido de oposição pode até mesmo ser o principal agente polarizador, ao adotar estratégias de obstrução ou “jogar pesado constitucionalmente” para atingir seus próprios fins partidários.

***Evitar cisões constituintes.*** A polarização torna-se especialmente perigosa quando atores polarizantes exploram cisões constituintes de um país ou sociedade — clivagens que resultam de conflitos não resol-

vidos sobre direitos de cidadania, identidade nacional ou território que emergem durante a formação de Estados e que são difíceis de serem superadas sem mudar fundamentalmente a configuração desses Estados. Na Bolívia, existem essas cisões sobre questões dos direitos e da participação dos indígenas, que se tornaram profundamente polarizantes quando o primeiro presidente indígena do país (Evo Morales) convocou um litigioso processo de reforma constitucional e depois tentou estender sua permanência no poder para um quarto mandato e acabou deposto em meio a protestos, dando lugar a um governo conservador linha-dura que tentou restaurar o status quo anterior de dominação das elites. Na Turquia, a estratégia de Erdogan para concentrar o poder baseava-se na polarização por meio de cisões constituintes em torno da divisão étnica entre curdos e turcos. Nos Estados Unidos, os debates históricos mal resolvidos sobre direitos de cidadania para pessoas escravizadas da África e seus descendentes emergiram repetidas vezes como a base de uma polarização perniciososa.

Quando essas cisões constituintes se tornam o eixo da polarização — mesmo enquanto parte de uma mobilização pró-democracia —, é provável que se produza um ciclo vicioso. Para evitar isso, sistemas democráticos precisam enfrentar essas cisões mal resolvidas por meio de deliberações coletivas, construção de consenso de base ampla e reformas incrementais.

***O dia seguinte ao fim do mandato de líderes polarizantes.*** Se as oposições desejaram reverter a polarização perniciososa e a erosão democrática relacionada a ela, é fundamental possuir uma estratégia sensata para o período que sucede a derrota de um líder polarizador. Simplesmente remover uma figura ou partido polarizador não resolve a polarização. A antipatia e a desconfiança partidária dentro da sociedade permanecerão, e é provável que ressentimentos acentuados, hábitos de obstrução e percepções de objetivos incompatíveis continuem a impedir uma cooperação suprapartidária. Novos líderes

precisam enfrentar os descontentamentos subjacentes e deficiências de representação, igualdade, inclusão e justiça que deram origem à polarização.

A natureza da saída do mandatário polarizador influenciará como seus apoiadores responderão às tentativas de despolarização. O líder em questão foi derrotado em uma eleição considerada livre e justa, ou removido por meio de um processo de impeachment tido como imparcial? Ou foi expulso por meios extraconstitucionais ou via processos legais vistos como politizados?<sup>24</sup> No último caso, é possível que o novo governo seja considerado ilegítimo por parte significativa do eleitorado e, conseqüentemente, enfrente mais dificuldades para restaurar a confiança. Tratar os apoiadores do polarizador com dignidade, evitando comportamentos difamatórios ou revanchistas, e enfatizar os valores e interesses coletivos é algo crucial se a nova liderança quiser evitar alimentar ressentimentos e a renovação do conflito. Assim como garantir os direitos do movimento derrotado de continuar participando na política. Novos governos também podem ampliar suas coalizões estabelecendo conexões com organizações sociais. Isso pode contribuir para ativar a despolarização ou mudar o foco para o enfrentamento das desigualdades históricas ou cisões constituintes — um passo positivo, desde que não produza uma nova lógica de “nós contra eles”.

É provável que os governos que sucedem um mandatário polarizador se deparem com outras restrições. As burocracias e os tribunais podem estar ocupados por aliados do governo anterior; o polarizador pode continuar a exercer influência fora do governo; e a permanência de descontentamentos pode preparar o terreno para um retorno da força política derrotada ou a chegada de um novo polarizador. O populista Silvio Berlusconi, por exemplo, retornou duas vezes como primeiro-ministro da Itália após se recuperar de derrotas eleitorais. Embora o presidente argentino Juan Perón tenha sido exilado e seu partido populista banido em 1955, o peronismo não apenas sobreviveu, como

tem sido a facção que governa a Argentina na maior parte das últimas três décadas (com exceção de seis dos trinta anos).

***Renovações partidárias internas: promissoras, mas não são garantia de nada.*** Renovações partidárias internas ou mudanças na liderança podem ajudar os partidos a despolarizar, estejam eles no governo ou na oposição. Superar divisões internas pode ser difícil para a força política que suceder um ator polarizador, especialmente se essa força for uma coalizão reunida única e exclusivamente para depor o polarizador. Os opositores venezuelanos de Hugo Chávez e seu sucessor Nicolás Maduro vem enfrentando esse problema há duas décadas, inclusive após obterem uma impressionante maioria legislativa de dois terços em 2015.

Esses partidos ou coalizões precisam buscar um consenso sobre uma estratégia ativa de despolarização ou um novo eixo de repolarização transformativa. No longo prazo, os partidos devem renovar seus programas de governo para oferecer soluções efetivas às bases estruturais da polarização. Por exemplo, podem considerar a adoção de medidas de regulamentação de redes sociais como Facebook e Twitter em resposta à “economia de vigilância” dos dados pessoais que tornou mais difícil para os cidadãos encontrar um terreno comum baseado na verdade.<sup>25</sup> A renovação partidária também possui uma dimensão organizacional. Estender a mão aos eleitores de oposição demanda não apenas mensagens novas e atraentes, como também estruturas partidárias capazes de se comunicar efetivamente com o público.

Mudanças voluntárias em partidos polarizadores podem ajudar bastante, melhorando a situação política sem precisar recorrer a medidas tão extremas como a remoção forçada de líderes ou a proibição de seus movimentos. É mais provável que essas mudanças internas ocorram quando mandatários polarizadores chegam ao fim do mandato (sem conseguir estendê-lo) ou quando são retirados do cargo.

Para manter sua influência, líderes polarizadores que se veem nessa situação podem promover um sucessor por meio do qual esperam exercer influência por trás dos bastidores. Às vezes, no entanto, tais sucessores surpreendem seus padrinhos políticos mudando os rumos para apaziguar divisões políticas ou até mesmo reverter políticas anteriores danosas à democracia. Na Colômbia, Juan Manuel Santos rompeu com seu antecessor Álvaro Uribe e promoveu negociações de paz com as FARC; no Equador, Lenín Moreno deu seguimento a acusações de corrupção contra seu antigo padrinho Rafael Correa; e, na Bolívia, Luis Arce deu a vitória ao Movimento ao Socialismo (MAS) nas eleições de outubro de 2020 com base em uma plataforma moderada após o fundador do MAS, Evo Morales, ter se exilado. É importante notar que tais reversões não necessariamente produzem uma despolarização duradoura: nos primeiros dois casos, os antigos líderes repolarizaram a sociedade atacando seus sucessores, embora na Bolívia ainda não se saiba se Arce conseguirá manter sua independência em relação a Morales depois do retorno do ex-presidente ao país. Nos Estados Unidos, o poder que Donald Trump — com seu enorme número de seguidores no Twitter e influência sobre muitos eleitores — terá sobre o Partido Republicano ainda é uma questão em aberto.

**Agência política.** Em última análise, as perspectivas para salvar a democracia dependem de agência política — em outras palavras, de vontade e criatividade humanas — sob dois aspectos principais. O primeiro envolve uma escolha estratégica em cenários onde o interesse coletivo de longo prazo e o interesse partidário de curto prazo entram em conflito.

Nem todos os atores polarizadores possuem a mesma capacidade e sorte. Todos se comunicam às suas bases eleitorais de uma maneira emocional, contando histórias que frequentemente exploram descontentamentos autênticos, apoiam-se em meias verdades, deixam de lado problemas reais, e fazem de vilões reais ou fictícios bodes expiatórios,

da elite corrupta aos imigrantes. Essas histórias podem ser ferramentas poderosas para oferecer às pessoas uma identidade política e uma justificativa mental para a lealdade partidária.<sup>26</sup> Mas os polarizadores se diferem enormemente entre si não apenas em relação à sua capacidade de oferecer narrativas, como também de apresentar a seus apoiadores benefícios tangíveis e garantir sua permanência no poder. Isso explica em parte por que alguns polarizadores, como Erdogan na Turquia ou Putin na Rússia, são capazes de vencer repetidas vezes eleições competitivas (ainda que nem sempre justas) enquanto outros, como Trump, percam eleições e outros ainda, como Maduro na Venezuela, possam permanecer no poder apenas apelando para o aumento da repressão e da manipulação eleitoral.

Com o tempo, a diminuição dos recursos disponíveis ou a necessidade de recorrer a meios extraconstitucionais para estender os limites dos mandatos, até mesmo polarizadores inicialmente bem-sucedidos podem se ver incapazes de vencer eleições sem graves manipulações. E, quando isso acontece, sua saída não significa que sua base irá imediatamente abandonar suas posições políticas polarizadoras. Nos Estados Unidos, a próxima gestão provavelmente enfrentará a desconfiança no novo governo e no processo eleitoral por cerca de metade dos eleitores que votaram em Trump em 2020.

Quando populistas polarizadores perdem uma eleição, elites potencialmente mais talentosas em seus partidos ou base ficam diante de uma escolha estratégica. Podem tentar mobilizar a base com projetos similares, mas com maior competência. Se conseguirem, todas as consequências danosas à democracia da polarização pernicioso podem voltar com tudo. Por outro lado, políticos habilidosos podem trocar estratégias polarizadoras por estratégias despolarizadoras ativas ou passivas, ou podem criar narrativas novas e mais democráticas para mobilizar sua base.

No entanto, isto é mais fácil de falar do que de fazer, o que nos leva a um segundo aspecto no qual a agência política é fundamental

para determinar o futuro da democracia. É preciso vontade política e criatividade para produzir narrativas democráticas que, ao mesmo tempo, reverberem as sensibilidades emocionais do povo, substituam as histórias que este abraçava anteriormente e alimentem uma identidade política distinta. Todas as histórias emocionantes possuem vilões e heróis. Se não os imigrantes, a China ou as elites de Washington, quem essas histórias culparão pelo declínio do sonho americano entre os descontentes eleitores brancos assalariados, por exemplo? Empreendedores políticos defensores da democracia precisam adotar plataformas institucionais, políticas e econômicas reformistas, bem como inventar histórias poderosas que dialoguem com o núcleo emocional de sua base.

Uma abordagem é uma releitura da narrativa que envolve reconhecer como apelos com base identitária substituíram aqueles com base em questões substantivas. Partidos de direita em democracias consolidadas foram particularmente capazes de responder ao ressentimento, à raiva e até mesmo à humilhação advindas de transformações no mercado de trabalho em consequência da globalização e da automação. Por exemplo, homens que perdem sua identidade ou senso de autoestima, por não conseguirem mais sustentar suas famílias, podem buscar novo significado em identidades culturais definidas em termos religiosos, étnicos ou nacionais.<sup>27</sup> Na Europa e nos Estados Unidos, populistas de direita exploraram esses descontentamentos por meio de uma retórica anti-imigração e etnonacionalista.

Nos Estados Unidos durante o governo de Bill Clinton e no Reino Unido de Tony Blair, a centro-esquerda adotou narrativas de “terceira via” de aumento de mobilidade social através do ensino superior. Por não reconhecer a importância das restrições estruturais, os privilégios de nascimento e o papel da pura sorte, essas narrativas depositavam no indivíduo toda a responsabilidade por seu sucesso ou fracasso.<sup>28</sup> Nos anos 2010, uma mensagem populista que fez dos imigrantes, dos chi-

neses ou das minorias raciais bodes expiatórios poderia ter oferecido uma explicação mais satisfatória para grande parte dos dois terços da população sem ensino superior em ambos os países, alguns dos quais também sofria com a perda de status ligada ao aumento da diversidade em seus ambientes de trabalho e espaços públicos.

Uma nova narrativa poderia redefinir a dignidade do trabalho, por meio de reformas tributárias, em vez de se basear apenas no mercado para definir contribuições ao bem comum. Ademais, realinhar a extraordinária coalizão de base cultural-identitária que existe nos Estados Unidos entre os ricos e a classe trabalhadora branca, que obstruiu a adoção de políticas redistributivas de maneira única, poderia começar a deslocar o eixo de polarização de forma a reduzir sua característica perniciosa.<sup>29</sup>

A polarização é útil à democracia de duas maneiras. Primeiro, como parte da política competitiva comum, ela diferencia partidos e grupos e oferece aos cidadãos um senso de pertencimento. Em segundo lugar, pode ser útil para romper ou desafiar normas não democráticas, como injustiça social e hierarquias raciais. A chave é controlar a polarização para que ela não se aprofunde e se torne mais perigosa.

A polarização perniciosa geralmente prejudica a democracia, mas também pode estimular mudanças positivas ao dar uma sacudida na complacência produzida a partir da presunção de um excepcionalismo cultural ou institucional. Por fim, reconhecer as consequências negativas de uma polarização perniciosa pode levar a sociedade a buscar soluções criativas às deficiências subjacentes de representação e inclusão socioeconômica que deram origem à política polarizadora.

## Notas

1. Jennifer McCoy; Murat Somer (Org.). “Polarization and Democracy: A Janus-Faced Relationship with Pernicious Consequences”. *American Behavioral Scientist*, v. 62, n. 1, jan. 2018 (edição especial); Jennifer McCoy; Murat Somer (Org.), “Polarizing Politics: A Global Threat to Democracy”. *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, v. 681, n. 1, jan. 2019 (edição especial).
2. Laurence Whitehead, “The Hard Truths of Brexit”. *Journal of Democracy*, v. 31, n. 2, pp. 81-95, abr. 2020.
3. Murat Somer, “Turkey: The Slippery Slope from Reformist to Revolutionary Polarization and Democratic Breakdown”. *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, v. 681, n. 1, pp. 42-61, jan. 2019; Péter Krekó; Zsolt Enyedi, “Explaining Eastern Europe: Orbán’s Laboratory of Illiberalism”. *Journal of Democracy*, v. 29, n. 3, pp. 39-51, jul. 2018.
4. Bridget Welsh, “Malaysia’s Political Polarization: Race, Religion, and Reform”. In: Thomas Carothers; Andrew O’Donohue (Org.), *Political Polarization in South and Southeast Asia: Old Divisions, New Dangers*. Washington, D.C.: Carnegie Endowment for International Peace, 2020, pp. 41-52.
5. Prajak Kongkirati, “From Illiberal Democracy to Military Authoritarianism: Intra-Elite Struggle and Mass-Based Conflict in Deeply Polarized Thailand”. *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, v. 681, n. 1, pp. 24-40, jan. 2019.
6. Umberto Mignozzetti; Matias Spektor, “Brazil: When Political Oligarchies Limit Polarization but Fuel Populism”. In: Thomas Carothers; Andrew O’Donohue (Org.), *Democracies Divided: The Global Challenge of Political Polarization*. Washington, D.C.: Brookings Institution Press, 2019, pp. 228-254; Alan Abramowitz; Jennifer McCoy, “United States: Racial Resentment, Negative Partisanship, and Polarization in Trump’s America”. *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, v. 681, n. 1, pp. 137-156, jan. 2019.
7. Gi-Wook Shin, “South Korea’s Democratic Decay”. *Journal of Democracy*, v. 31, n. 3, pp. 100-114, jul. 2020.
8. Murat Somer; Jennifer McCoy; Russell Luke, “Pernicious Polarization, Autocratization and Opposition Strategies”. *Democratization*, 2021. No prelo; Anna

Lührmann; Staffan I. Lindberg, “A Third Wave of Autocratization Is Here: What Is New About It?”. *Democratization*, v. 26, n. 7, pp. 1095-1113, 2019.

9. Murat Somer; Jennifer McCoy, “Déjà Vu? Polarization and Endangered Democracies in the 21st Century”. *American Behavioral Scientist*, v. 62, n. 1, pp. 3-15, jan. 2018.

10. E. E. Schattschneider, *The Semi-Sovereign People: A Realist's View of Democracy in America*. Nova York: Holt, Rinehart and Winston, 1960.

11. Corey Robin, “Democracy Is Norm Erosion”. *Jacobin*, 29 jan. 2018. Disponível em: <[www.jacobinmag.com/2018/01/democracy-trump-authoritarianism-levitsky-zillblatt-norms](http://www.jacobinmag.com/2018/01/democracy-trump-authoritarianism-levitsky-zillblatt-norms)>.

12. Matt Bradley, “Europe’s Far-Right Enjoys Backing from Russia’s Putin”. NBC News, 12 fev. 2017. Disponível em: <[www.nbcnews.com/news/world/europe-s-far-right-enjoys-backing-russia-s-putin-n718926](http://www.nbcnews.com/news/world/europe-s-far-right-enjoys-backing-russia-s-putin-n718926)>; Arch Puddington, “Breaking Down Democracy: Goals, Strategies, and Methods of Modern Authoritarianism”. Freedom House, jun. 2017. Disponível em: <<https://freedomhouse.org/report/special-report/2017/breaking-down-democracy>>.

13. Murat Somer, op. cit.

14. Steven Levitsky; Daniel Ziblatt, *How Democracies Die*. Nova York: Crown, 2018. [Ed. Bras.: *Como as democracias morrem*. Rio de Janeiro: Zahar, 2018]; Ezra Klein, *Why We’re Polarized*. Nova York: Avid Reader Press, 2020.

15. Milan W. Svoblik, “Polarization versus Democracy”. *Journal of Democracy*, v. 30, n. 3, pp. 20-32, jul. 2019. [Ed. bras.: “Polarização versus democracia”. *Journal of Democracy em português*, v. 8, n. 2, 2019. Disponível em: <[www.plataformademocratica.org/publicacoes#JournalDemocracy](http://www.plataformademocratica.org/publicacoes#JournalDemocracy)>]; Matthew H. Graham; Milan W. Svoblik, “Democracy in America? Partisanship, Polarization, and the Robustness of Support for Democracy in the United States”. *American Political Science Review*, v. 114, n. 2, pp. 392-409, maio 2020.

16. Jennifer McCoy; Gabor Simonovits; Levente Littvay, “Democratic Hypocrisy: Polarized Citizens Support Democracy-Eroding Behavior When Their Own Party Is in Power”. *PsyArXiv Preprint*, 29 jul. 2020, doi:10.31234/osf.io/vrn85.

17. Para todos os respondentes, o apoio a políticas danosas às normas foi cerca de 6 pontos percentuais maior quando seu próprio partido estava no poder em relação à média de 27% quando o partido de oposição estava no poder, uma variação de 22%. Observamos que os Republicanos demonstraram quase o dobro de hipocrisia democrática do que os Democratas, embora parte dessa diferença se deva ao efeito de não conformidade (em outras palavras, algumas pessoas podem ter tido dificuldade em imaginar um contexto político diferente daquele em que viviam).

18. Philip Bump, “By 2040, Two-Thirds of Americans Will Be Represented by 30 Percent of the Senate”. *Washington Post*, 28 nov. 2017; ver também, entre outros, Jonathan A. Rodden, *Why Cities Lose: The Deep Roots of the Urban-Rural Political Divide* (Nova York: Basic Books, 2019).

19. Ezra Klein, op. cit. Ver também Steven Levitsky, “How Democracies Die: U.S. Democracy Three Years After Trump’s Election” (palestra, Universidade Cornell, Ithaca, NY [Estados Unidos], 7 nov. 2019). Disponível em: <<https://www.cornell.edu/video/steven-levitsky-us-democracy-three-years-after-trumps-election>>.

20. Sebnem Yardimci-Geyikçi, “Party Institutionalization and Democratic Consolidation: Turkey and Southern Europe in Comparative Perspective”. *Party Politics*, v. 21, n. 4, pp. 527-538, jul. 2015.

21. Ver “Voter Understanding and Support”. *FairVote*. Disponível em: <[https://www.fairvote.org/research\\_rcvvotersupport](https://www.fairvote.org/research_rcvvotersupport)>.

22. Jennifer McCoy; Murat Somer, op. cit., 2019; Murat Somer; Jennifer McCoy; Russell Luke, op. cit.

23. Welsh, op. cit.; Miriam Lansky; Elspeth Suthers, “Armenia’s Velvet Revolution”. *Journal of Democracy*, v. 30, n. 2, pp. 85-99, abr. 2019; Indira Palacios-Valladares, “Chile’s 2019 October Protests and the Student Movement: Eventful Mobilization?”. *Revista de Ciencia Política* (Santiago), v. 40, n. 2, pp. 215-234, 2020.

24. Dan Slater; Aries A. Arugay, “Polarizing Figures: Executive Power and Institutional Conflict in Asian Democracies”. *American Behavioral Scientist*, v. 62, n. 1, pp. 92-106, jan. 2018.

25. Ronald J. Deibert, “The Road to Digital Unfreedom: Three Painful Truths About Social Media”. *Journal of Democracy*, v. 30, n. 1, pp. 25-39, jan. 2019.

[Ed. bras.: “Três duras verdades sobre as redes sociais”. *Journal of Democracy em português*, v. 8, n. 1, 2019. Disponível em: <[www.plataformademocratica.org/publicacoes#JournalDemocracy](http://www.plataformademocratica.org/publicacoes#JournalDemocracy)>.]

26. Katherine J. Cramer, *The Politics of Resentment: Rural Consciousness in Wisconsin and the Rise of Scott Walker*. Chicago: University of Chicago Press, 2016; Arlie Russell Hochschild, *Strangers in Their Own Land: Anger and Mourning on the American Right*. Nova York: New Press, 2016.

27. Mikko Salmela; Christian von Scheve, “Emotional Roots of Right-Wing Political Populism”. *Social Science Information*, v. 56, n. 4, pp. 567-595, dez. 2017.

28. Michael J. Sandel, *The Tyranny of Merit: What's Become of the Common Good?* Nova York: Farrar, Straus and Giroux, 2020.

29. Jacob S. Hacker; Paul Pierson, *Let Them Eat Tweets: How the Right Rules in an Age of Extreme Inequality*. Nova York: Liveright, 2020.

*Plataforma Democrática* ([www.plataformademocratica.org](http://www.plataformademocratica.org)) é uma iniciativa da Fundação FHC e do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais dedicada a fortalecer a cultura e as instituições democráticas na América Latina, por meio da produção de conhecimento e da promoção do debate pluralista de ideias sobre as transformações da sociedade e da política na região e no mundo. Realiza pesquisas e seminários para estimular o diálogo entre os produtores de conhecimentos e os diferentes atores sociais e políticos sobre temas da atualidade.

Plataforma Democrática oferece uma infraestrutura virtual com uma biblioteca de livre acesso que inclui milhares de textos sobre temas relacionados à democracia na América Latina e um banco de dados sobre instituições de pesquisa na região.

### **As principais áreas de trabalho da Plataforma Democrática são:**

#### **Transformações Geopolíticas Globais e instituições democráticas:**

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#EstadoDemocracia>

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#CambiosGeopoliticos>

#### **Meios de comunicação e Democracia:**

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#MediosComunicacion>

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#EnsaioDemocracia>

#### **Sociedade civil e democracia:**

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#CohesionSocial>

#### **Bibliotecas virtuais:**

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/biblioteca>

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/biblioteca-sociedade>

#### **Coleção Recursos de Pesquisa na Internet:**

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#RecursosPesquisa>